

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei:** 247/2017

**Processo:** 10234/2017

**Autor:** Edmar Lorencini dos Anjos

**Ementa:** "Declara de utilidade pública o 11º/ES GEMAR GRUPO ESCOTEIRO DO MAR ILHA DE VITÓRIA."

**I – RELATÓRIO**

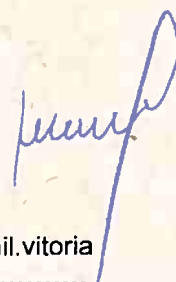
De autoria do vereador Edmar Lorencini dos Anjos, o projeto de Lei em epígrafe, Declara de utilidade pública o 11º/ES GEMAR GRUPO ESCOTEIRO DO MAR ILHA DE VITÓRIA, tendo sido protocolado nesta casa de Leis em 19 de setembro de 2017, as fls. 01/04 dos autos.

Nos termos de sua justificativa o vereador alega que o 11º/ES GEMAR GRUPO ESCOTEIRO DO MAR ILHA DE VITÓRIA é uma associação civil de caráter educacional, cultural, beneficente, filantrópico e comunitário, destinado a prática de educação não formal segundo o programa e método educativo definido e adotado pela união dos escoteiros do Brasil (UEB).

O grupo tem por finalidade a promoção da assistência social, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação, defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, promoção da ética, paz, cidadania e direitos humanos, além do estímulo a prática de atividades náuticas de esporte e recreio.

Em cumprimento as normas dispostas no regimento interno da Câmara Municipal de Vitória – Resolução n.º 1.919/2014, objetivando sua regular sua tramitação, o Projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça, para emissão de parecer.

É o relatório.



(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

## **II – PARECER DO RELATOR**

Em detida análise ao projeto de Lei em tela e, sob estrita observância à prerrogativas regimentais, especialmente constantes no inciso I do artigo 61, da Resolução de n.º 1.919/2014, a qual estabelece que compete à Constituição de constituição e justiça, serviço público e redação opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria em análise, esta comissão entende o seguinte:

O projeto de Lei em epígrafe Declara de utilidade pública o 11º/ES GEMAR GRUPO ESCOTEIRO DO MAR ILHA DE VITÓRIA, grupo este que tem por finalidade a promoção da assistência social, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação, defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, promoção da ética, paz, cidadania e direitos humanos, além do estímulo a prática de atividades náuticas de esporte e recreio.

Analisado a documentação acostado ao Projeto é possível constatar que estão preenchidos os requisitos legais para efetiva declaração de utilidade pública de uma sociedade civil.

Além disso, considerando que a Constituição Federal estabelece que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, verifica-se que o referido processo atende aos anseios da Carta Magna:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”*

Também não há que se falar em vício de iniciativa, considerando que a matéria ventilada no referido projeto não se enquadra no rol do artigo 80, parágrafo único, incisos I a IV da Lei orgânica municipal.

Com estes fundamentos, a proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a Constitucionalidade e Legalidade, manifestando-se este relator, pela admissibilidade do Projeto de Lei enunciado, reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

Por fim, nos termos da Lei federal n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição federal, verificou-se que redação do projeto de Lei está adequada a melhor técnica legislativa.

### III – VOTO

Analizando o projeto supracitado a luz do ordenamento jurídico-constitucional vigente, verifica-se o atendimento a formalidade processualística e a obediência aos preceitos constitucionais.

Diante disso, constando a existência de vício, entendemos que esta comissão não pode se manifestar de outra maneira que não seja pela aprovação do projeto.

Ante o exposto, é que se entende pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do Projeto em análise.

É o parecer.

Palácio Atílio Vivacqua, 16 de outubro de 2017.

  
**LEONIL**  
**VEREADOR PPS**





Matéria : Projeto de Lei nº 247/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
0224	81	f

Reunião :

Comissão de Justiça 3010

Data :

30/10/2017 - 15:12:37 às 15:13:07

Tipo :

Nominal

Turno :

Ata

Quorum :

Total de Presentes : 3 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar
---------	---------------------

30	Leonil
32	Mazinho dos Anjos
34	Roberto Martins

Partido
---------

PPS
PSD
PTB

Voto
------

Sim
Sim
Sim

Horário
---------

15:13:00
15:13:00
15:13:04

Totais da Votação :

SIM  
3

NÃO  
0

TOTAL  
3

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10234	82	+

João Del,

Ao Sr. (a): Sullivan Manoela  
Para providenciar a extração do avulso.

Em 31/10/17  
SAC  
Juliano

